

Juiz censura reportagem que cita funcionária de Argo indígena

Por entender que existe "alta probabilidade" de uma funcionária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) ter razão de ter prejuízos irreparáveis, o juiz Air Marin Junior, do 2º Juizado Cível de Boa Vista (RR), decidiu censurar reportagem produzida pela agência Amazônia Real, em parceria com a Repórter Brasil.

O caso tramita em segredo de Justiça. Na decisão a que a **ConJur** teve acesso, a autora sustenta que "a referida reportagem expõe o nome completo da autora, dados do seu veículo particular e fotos da imagem da autora exercendo a sua função na reserva indígena, fotos essas retiradas de rede social da autora sem permissão, denegrir a sua imagem perante a opinião pública através da imputação de fatos definidos como crime e/ou ofensas à sua reputação e dignidade moral".

A autora também afirma que foi acusada pelos veículos jornalísticos de ao garimpo ilegal nas terras indígenas e a realizar troca de vacinas contra a Covid-19 por ouro em territórios indígenas. A versão integral da reportagem "Compro tudo: ouro Yanomami é vendido livremente na rua do Ouro, em Boa Vista" ainda está [disponível](#) no site da Amazônia Legal. O texto cita denúncia de lideranças indígenas sobre a suposta venda de vacinas a garimpeiros em troca de ouro sem, contudo, relacionar o fato às atividades profissionais da funcionária Sesai.

Divulgação



Liminar censura reportagem sobre compra de ouro de garimpo ilegal em Roraima Divulgação

Segundo o relato jornalístico publicado em 24 de junho deste ano, a funcionária da Sesai teria ido a uma loja situada na chamada "rua do Ouro", na capital de Roraima. Ela perguntou a um vendedor se ele comprava ouro do garimpo. A resposta foi "compramos tudo".

Conforme texto publicado na Repórter Brasil, a funcionária da Sesai teria sido procurada pela reportagem para dar sua versão dos fatos, mas se negou a responder as perguntas e ameaçou processar os jornalistas.



O juiz deu prazo de 48 horas para que sejam retirados do ar os trechos da reportagem que citam a autora da ação. Após a publicação da reportagem, o Ministério Público Federal decidiu apurar a atuação da funcionária e verificar se ela está ligada de alguma forma ao garimpo ilegal. O resultado da investigação poderá ser encaminhado à Polícia Federal com pedido de abertura de inquérito.